



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL

Índice

A. Período antes da ordem do dia.....	2
Ata n.º 10 (18.05.2020)	2
Ata n.º 12 (15.06.2020)	2
Informações do executivo Municipal	2
B. Ordem do dia	10
1. Plano Anual dos Transportes Escolares – Ano Letivo 2020/2021.....	10
2. Concurso público n.º 05/2020/CCE - Celebração de acordo quadro para aquisição de máscaras cirúrgicas e luvas - Central de Compras Electrónicas da CIMLT – Abertura de procedimento.....	13
3. Informação n.º 11507/ DAGRH – Área de Gestão de Recursos Humanos – Cessação de funções.....	14
4. Pagamentos efetuados entre 11/07/2020 e 23/07/2020.....	14
5. Tesouraria – Resumo Diário de Tesouraria de 23/07/2020	14
6. Posição dos Compromissos entre 11/07/2020 e 23/07/2020	14
7. Modificação Orçamental da Despesa n.º 13/2020	15
8. Modificação às Grandes Opções do Plano n.º 13/2020.....	15
C. Intervenção do Público	15
Encerramento.....	20



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL

Ata nº 16 – 03 de agosto 2020

Ao terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, no edifício sede do Município do Cartaxo, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal do Cartaxo sob a presidência do senhor Presidente Pedro Miguel Magalhães Ribeiro (PS) e com a presença dos senhores Vereadores, Elvira Felicidade Ferreira Rodrigues Tristão (PS), Ana Isabel Coito Bernardino (PS), Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar (Juntos Pela Mudança – PPD/PSD-NC) e Nuno Filipe Rosa Nogueira (Juntos Pela Mudança – PPD/PSD-NC).

O Senhor Vice-Presidente Fernando Manuel da Silva Amorim e o Senhor Vereador Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre, estiveram ausentes por gozo de férias.

Apoio – Secretariou a técnica superior Ana Catarina de Matos Silvestre.

Abertura – Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram 21:00 horas, iniciando-se a mesma de acordo com a seguinte ordem do dia, previamente elaborada e datada de 28 de julho do corrente ano:

Ordem do dia

1. Plano Anual dos Transportes Escolares – Ano Letivo 2020/2021. / *para deliberação;*
2. Concurso público n.º 05/2020/CCE - Celebração de acordo quadro para aquisição de máscaras cirúrgicas e luvas - Central de Compras Electrónicas da CIMLT – Abertura de procedimento. / *para deliberação;*
3. Informação n.º 11507/ DAGRH – Área de Gestão de Recursos Humanos – Cessação de funções. / *para conhecimento;*
4. Pagamentos efetuados entre 11/07/2020 e 23/07/2020. / *para conhecimento;*
5. Tesouraria – Resumo Diário de Tesouraria de 23/07/2020. / *para conhecimento;*
6. Posição dos Compromissos entre 11/07/2020 e 23/07/2020. / *para conhecimento;*
7. Modificação Orçamental da Despesa n.º 13/2020. / *para conhecimento;*
8. Modificação às Grandes Opções do Plano n.º 13/2020. / *para conhecimento.*



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL

A. Período antes da ordem do dia

Ata n.º 10 (18.05.2020)

Aprovada por unanimidade.

Ata n.º 12 (15.06.2020)

Aprovada por unanimidade.

Informações do executivo Municipal

Presidente

Cumprimentou os presentes. De seguida informou que:

No dia 21.07.2020, teve um almoço de trabalho com o senhor Secretário de Estado da Energia e com o representante da empresa BBG, a qual tem intenções em investir no nosso concelho

No dia 22.07.2020, decorreu uma reunião com os diretores de agrupamentos de escolas, com a Autoridade de Saúde Pública e com as Autoridades de Proteção Civil, para a preparação do próximo ano letivo; No mesmo dia, participou numa reunião com a Associação para a Defesa, Promoção e Inovação dos restaurantes de Portugal; Ainda no mesmo dia, participou numa reunião com os encarregados de educação do ATL de Pontével, com a direção do Centro Paroquial e com a Junta de Freguesia de Pontével para abordar o problema da sustentabilidade financeira desta instituição e procurarem uma solução. Tiveram a ideia de reunir com as três IPSS do concelho do Cartaxo que têm a valência de ATL.

No dia 23.07.2020, teve uma reunião sobre a questão das esplanadas. Esta reunião deu origem à realização de uma comissão de trânsito onde tentaram criar condições para que o setor da restauração pudesse ter a possibilidade de, através das esplanadas, compensar aquilo que dentro dos estabelecimentos, por restrições da pandemia, não conseguem acautelar.

No dia 24.07.2020, decorreu mais uma reunião de trabalho na Fleximol. Explicou que tem tentado procurar soluções para a empresa junto do Ministério da Economia, Ministério do Trabalho e Segurança Social. Informou que durante a próxima semana, a empresa terá que apresentar o plano de recuperação. Acrescentou, ainda, que no final da passada semana teve uma reunião com os trabalhadores e com o administrador de insolvência. Reuniram, ainda, com a Mitsubishi, o principal cliente da Fleximol, cuja participação tem sido fundamental para encontrarmos uma solução para a empresa. A Mitsubishi assegurou as encomendas até ao mês de novembro e está a fazer pressão para que se possa chegar a um acordo para continuar



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

a ceder às molas para os seus veículos, a partir da fábrica da Fleximol do Cartaxo.

No dia 25.07.2020, esteve em representação da AMPV em Pinhel, que seria a cidade do vinho de 2020.

No dia 27.07.2020, realizou-se o conselho geral do Agrupamento Marcelino Mesquita; no mesmo dia, realizou-se uma reunião com o diretor do agrupamento, com a Autoridade de Saúde, Proteção Civil e com o presidente de junta, por causa de um caso suspeito positivo de Covid-19, detetado no jardim de Infância de Vila Chã de Ourique. Felizmente o teste foi negativo.

No dia 28.07.2020, decorreu a reunião da CIMLT, por videoconferência; no mesmo dia, decorreu uma reunião sobre recursos humanos na preparação do próximo ano letivo. Observou que as exigências vão ser maiores ao nível da higienização do espaço, o que vai implicar um reforço ao nível dos assistentes operacionais para a área educativa; ainda, no mesmo dia, realizou-se o Conselho Municipal da Educação, onde foi aprovado o plano de transportes.

Reuniu com o LIDL, que vai entrar em obras de requalificação. Revelou que o Município negociou com esta entidade, e que os arranjos exteriores vão ficar por conta desta, nomeadamente a questão da ciclovía e a reorganização da circulação de acesso à loja.

Transmitiu que irá ser agendada uma reunião com a Nersant, para trabalhar de uma forma mais detalhada a iniciativa do retrato das exportações na região de Santarém.

No dia 31.07.2020, realizou-se a comissão de trânsito. Para além dos assuntos que normalmente são ali tratados foi ainda debatida a questão das esplanadas. A esmagadora maioria colheu deferimento e aqueles que foram indeferidos seguiram com um conjunto de recomendações que não lhe parece difícil conseguirem ser atendidas. No mesmo dia, teve lugar a reunião dos ATL.

Deu nota da realização de uma reunião com os empresários, onde esteve presente todo o executivo e a nova associação empresarial do concelho. Na reunião do dia 04.06.2020, esta nova associação empresarial não tinha tido a oportunidade de participar, uma vez que houve problemas de internet.

Transmitiu que as piscinas municipais, depois das obras de requalificação, reabriram no passado dia 21.07.2020. Está a ser avaliada e analisada a questão do horário da abertura das piscinas.



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Transmitiu que, desde o dia 27.07.2020, está a decorrer a “Academia de Inteligência Emocional”. Estas atividades que estão a ser feitas pelas nossas equipas EMIC, vão decorrer até ao dia 07.08.2020 e podem contar com cerca de 20 a 25 crianças do 1.º e 2.º ciclo. No período da manhã as atividades são presenciais e cumprem com todas as orientações da DGS e da Proteção Civil, e da parte da tarde funcionam em formato digital.

De seguida disse que o Centro Cultural do Cartaxo já começou a reforçar algumas atividades.

Deu nota que no concelho do Cartaxo os casos de Covid-19 estabilizaram. Na semana passada, houve algumas suspeitas no universo educativo, quer em Vila Chã de Ourique quer em Pontével, mas felizmente nenhuma das crianças testou positivo. No âmbito da Covid-19, informou, ainda, que atualmente reúne duas vezes por semana com o grupo de Proteção Civil. Estas reuniões foram reduzindo na medida que os casos, também, iam tendo alguma estabilidade.

Vereador Jorge Gaspar

Cumprimento os presentes e de seguida, sobre o Casal Branco, questionou que desenvolvimentos houve em relação à empresa BBG, depois da deliberação tomada em reunião de Câmara.

Presidente

Referiu que a empresa já tinha o contrato assinado com a Valleypark, mas depois ficou interessada no Casal Branco. A C.M.C. pediu uma atualização da avaliação dos terrenos à mesma avaliadora que os avaliou há 4 anos e, também, pediu uma segunda opinião a um outro avaliador devidamente certificado. Já recebeu a segunda avaliação e esta está um pouco mais cara que a avaliação realizada há 4 anos. Neste momento, aguarda-se a atualização da avaliação efetuada pela outra avaliadora, para depois poder colocar o terreno à venda. Para além, dos três empresários que estão interessados, a C.M.C. notificou mais três ou quatro empresas que em tempos manifestaram interesse e, ainda, outras empresas que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pontével mencionou que poderiam ter interesse. Neste momento está a decorrer o processo de revisão do plano de pormenor e o caderno de encargos para venda dos terrenos.

Vereador Jorge Gaspar

Tinha a ideia de que a BBG já tinha fundos europeus aprovados e que a concretização ficava dependente do cumprimento das obrigações, entre as quais a da respetiva instalação.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente

Sabe que a empresa tinha o crédito aprovado e que tinha um certo prazo para começar a executar. Não está certo que a BBG tenha fundos comunitários no projeto. Pensa que era a empresa do concelho do Cartaxo que já tinha a questão dos fundos comunitários resolvida.

Vereadora Elvira Tristão

Cumprimentou os presentes.

Agradeceu o convite para estar presente na reunião com o universo empresarial, no sentido de recolher contributos dos mesmos para o plano de recuperação social e económico. Esteve na condição de observadora e teve oportunidade de dar contributos no seio da força política pela qual foi eleita.

Foi com algum agrado que registou o sentido de responsabilidade e de solidariedade dos representantes das associações empresariais presentes relativamente aos setores mais afetados pela crise (turismo, entretenimento e restauração) e a vontade dos mesmos fazerem parte de um processo de recuperação que contempla, caso a caso, as situações de maior carência.

Registou com agrado o facto de terem feito referência a algo que, neste caso, o Município tem vindo a cumprir, ou seja, as contas certas relativamente ao pagamento aos fornecedores e, também, o facto de verem com *“bons olhos”* os investimentos nas obras nos espaços públicos e nos equipamentos municipais que possam vir a ser realizados, como forma de revitalização do universo empresarial local.

Deu uma nota menos positiva ao facto de ter ouvido um dos representantes desvalorizar o programa de apoio ao empreendedorismo social e ao emprego (+ CO3SO), que comparticipa integralmente a criação de emprego até ao máximo de 36 meses e cuja as candidaturas podem ser apresentadas junto da APRODER relativamente aos concelhos do Cartaxo, Azambuja, Rio Maior e Santarém. Acha que, apesar de não haver aqui um valor providencial para o apoio de emprego, seria importante que o Município juntamente com a APRODER valorizassem esta ferramenta, já que não a viu valorizada por parte das associações.

Relativamente à área da cultura, que tem tido a fatura mais pesada desta crise, lembrou que por causa da pandemia a Comunidade Intermunicipal cancelou uma candidatura ao programa “Cultura para Todos”, um programa de financiamento à cultura como ferramenta para a inclusão social. Contava que com a programação cultural em rede, financiada pelo FEDER, os municípios da CIMLT pudessem ter uma outra ferramenta para fazer face a este setor e ao



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

apoio aos nossos agentes culturais. Tem alguns receios que assim não seja, uma vez que os financiamentos FEDER implicam que este programa esteja inscrito no pacto para o desenvolvimento e coesão territorial da CIMLT.

Neste sentido, questionou se a CIMLT tem este programa inscrito no pacto para o desenvolvimento e coesão territorial e, em caso afirmativo, se o Município vai apresentar candidatura com outros municípios e associações culturais locais. Caso contrário, para onde foram canalizados os 600 mil euros previstos para o apoio à cultura no programa de apoio à programação cultural em rede.

Observou que, no dia 25.07.2020, o concerto que abriu as portas do grande auditório José Saramago teve uma plateia interessante, para uma primeira iniciativa. Nas duas sessões de cinema que assistiu, pode testemunhar que o público se mantém fiel e até tem vindo a aumentar.

Quanto ao ATL de Pontével e à necessidade de encontrar uma solução para as crianças que frequentavam estas atividades, questionou se os problemas financeiros do Centro Paroquial e de Bem-Estar Social de Pontével são de maior monte ou são problemas financeiros que não conseguem fazer face à necessidade de melhoramentos do equipamento para o qual foi feito um contrato de comodato e, se neste caso, não seria de considerar a assunção dessas intervenções (medidas de autoproteção, mudança de portas, sanitários), no plano de recuperação social e económica. Desta forma a C.M.C. contribuía para o apoio às crianças e aos pais destas crianças que, neste momento, não tem resposta neste âmbito.

Presidente

Em relação ao ATL, disse que o problema é a falta de sustentabilidade financeira da exploração da valência ATL. Não tem a ver com os investimentos, mas com a gestão corrente. Nas várias reuniões que a C.M.C. teve com a direção, esta demonstrou que perante a diminuição do número de alunos dos últimos anos e com uma estrutura de recursos mínimos que têm que ter para terem a valência ATL, o custo de exploração já é negativo. Portanto, aqui não é uma questão de investimento, mas com uma gestão corrente de três ou quatro anos a acumular prejuízos perante a perda de alunos.

Quanto à questão da cultura, referiu que este tema foi abordado pela primeira vez na reunião da CIMLT com os presidentes de câmara, realizada há uma semana, mas, ainda, não houve um consenso em relação à utilização de verbas. Transmitiu que se manteve fiel em relação à posição do executivo, ou seja, que as verbas para a cultura, também, possam servir projetos de



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

interesse local, nomeadamente na linha daquilo que já tinha sido trabalhado pela senhora Vereadora da Cultura e da Ação Social. Das informações que atualmente tem, nem tudo corresponde com o executivo da C.M.C. tinha pensado em termos de cultura para todos, ou seja, financiar projetos que, podendo ser em rede, procurassem valorizar o tecido associativo de cada um dos municípios.

Vereadora Elvira Tristão

Em relação à cultura, questionou, mais uma vez, se o programa estava, ou não, inscrito no pacto para o desenvolvimento e coesão territorial da CIMLT.

Presidente

Disse que iria aferir a situação.

Vereadora Ana Bernardino.

Cumprimentou os presentes.

Felicitou as atletas da Escola de Atletismo do Cartaxo, [REDACTED] e [REDACTED] assim como a equipa técnica e direção, pelos excelentes resultados que alcançaram nos últimos dias.

Felicitou, o atleta [REDACTED] da Casa do Povo de Pontével, que conquistou o título de campeão nacional júnior dos 400 metros de barreiras, este fim-de-semana. Felicitou, ainda, os restantes atletas, as equipas técnicas, famílias e direção.

Em relação à Covid-19, anotou o facto de hoje, pela primeira vez, não haver registo de vítimas mortais, a nível nacional. Demostrou satisfação ao saber que o número de infetados no concelho do Cartaxo está a estabilizar. É bom saber que estamos com alguns bons resultados e algumas boas notícias.

Deixou uma palavra de solidariedade aos Bombeiros Municipais do Cartaxo, pois estamos em alerta vermelho de máximo incêndio rural e, por isso, o trabalho e atenção dos bombeiros tem de ser redobrado e muito mais delicado que o normal devido à pandemia.

Agradeceu o convite que lhe foi endereçado para estar presente na reunião com os comerciantes, onde teve a oportunidade de ouvir os seus contributos e preocupações.

Vereador Jorge Gaspar

Referiu que, apesar do Cartaxo, assim como outros municípios, estarem inseridos na CCDR Alentejo, vão votar na eleição da CCDR Lisboa e Vale do Tejo para eleger dois membros. Neste



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

sentido, questionou se a CIMLT discutiu este tema e, em caso afirmativo, em que termos o fez e se tomou alguma diligência política junto do Governo, alertando para esta discrepância que não é solúvel no curto prazo, mas que não deixará de ter entorses naquilo que é a visão territorial de quem propõe este novo modelo de eleição.

Atendendo a que, no mês de outubro, o Governo vai ter que apresentar à Comissão Europeia o plano de retoma de estratégia para poder alocar, em termos de financiamento, o fundo de recuperação europeia, questionou se a Comunidade Intermunicipal, do ponto de vista macro e político, já tomou alguma diligência no sentido de ser auscultada a este propósito.

Presidente

Em relação à primeira questão, referiu que ao longo do tempo tem sido discutido este modelo que serviu a todos para continuarmos a pertencer ao Alentejo do ponto de vista dos fundos comunitários. Atualmente, o Alentejo já mudou do ponto de vista do PIB, em virtude do turismo do Alqueva e de Sines. Aliás tem um PIB superior à média da Lezíria do Tejo.

Do ponto de vista político, o Ministro já tinha iniciado um conjunto de diligências públicas com várias reuniões realizadas na zona do Oeste e na zona de Lezíria, onde esteve em cima da mesa a criação de uma nova região. Esta ideia nunca foi abandonada e continua a ser discutir e trabalhada.

Salientou que o atual modelo tem servido para o acesso aos fundos, mas não é o modelo ideal. Neste sentido, transmitiu que é a favor do modelo que dava coerência ao PROT e, não é por acaso que se sentiu a necessidade de fazer um PROT OVT e pensa que teve na cabeça dos mentores dos planos regionais do ordenamento do território podermos evoluir no futuro, ou seja, separar a área metropolitana de Lisboa e aquilo que tem a ver com territórios que têm fatores de coesão que vão desde o interior do Alentejo até ao litoral. Poder-se-ia reconfigurar esta região e dar sentido aquilo que foi o PRO OVT. Contudo, por diversas razões, esta solução ainda não avançou.

Também não despreza a questão da região de Lisboa e Vale do Tejo, mas tudo o que é planeamento e ordenamento do território está a criar ao concelho do Cartaxo muitas dificuldades, nomeadamente na falta de celeridade dos planos diretores municipais ou até em outros instrumentos do ordenamento do território, como os planos de pormenor. Os municípios da Lezíria do Tejo sentem que quando estão na mesma balança decisões, nomeadamente em relação a instrumentos de ordenamento do território com grande impacto, do ponto de vista do peso político, as decisões pesam sempre mais para a área de



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Lisboa. Por isso, os municípios que compõe a Lezíria do Tejo gostariam de ter outra reconfiguração, contudo sabem que há barreiras ao nível da união europeia.

Quanto à segunda questão, disse que o plano Costa e Silva foi distribuído por todos, uns dias antes da reunião com a CILMT para que pudessem dar contributos, nomeadamente ao nível de sub-região, infraestruturas de caráter regional ou com impacto nacional. Neste sentido, abordou a Ponte Rainha D. Amélia que para o concelho do Cartaxo e para o concelho de Salvaterra de Magos têm uma importância regional.

Vereador Nuno Nogueira

Cumprimentou os presentes.

Relativamente à cultura sugeriu que o executivo analise a portaria 164/2020 em que os municípios podem pagar eventos culturais com um programa da POSUR.

Sobre Fleximol, questionou se existe algum entendimento prévio para a continuidade da empresa.

Em termos de recursos humanos, questionou o que está previsto para substituir os técnicos que saíram da C.M.C. Questionou, ainda, como está o volume de trabalho na DPAU.

Observou que teve conhecimento que vai sair mais um elemento dos Bombeiros Municipais do Cartaxo. Questionou se o senhor Presidente está a acompanhar esta situação e qual será o motivo.

Presidente

Sobre a Fleximol referiu o Novo Banco foi um credor que precipitou esta questão, a partir do momento que não renovou uma linha de confirme, que fazia com que a empresa acesse ao aço da China. Portanto, o Novo Banco tem a palavra decisiva em relação a esta matéria, uma vez que é o maior credor.

Nesta fase, houve contatos com o Ministério da Economia e com o IAPMAI, no sentido de tentarem encontrar uma solução através do Novo Banco. O Município tem conversado quase diariamente com o advogado da Fleximol, que tem muita experiência nesta área.

Acha que existe um caminho interessante para esta empresa poder continuar a trabalhar, pois não tem salários em atraso, recorreu ao lay off e não tem dívidas nem ao fisco nem à segurança social, apenas tem o subsídio de natal de 2019 em atraso. Porventura teria que ser redimensionada para dar resposta, principalmente à Mitsubishi.



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Em relação à questão do urbanismo, transmitiu que o executivo já tinha antecipado a reforma do coordenador e, por isso, abriu um procedimento para a substituição do mesmo, contudo este processo foi prejudicado devido à pandemia. Houve, ainda, a saída de dois técnicos para outras câmaras. Neste momento, está-se a trabalhar com os recursos que existem e está-se a procurar dar a celeridade possível aos procedimentos concursais, para reforçar o quadro de pessoal.

Sobre ao elemento do quadro dos Bombeiros Municipais, contou que o mesmo já manifestou, há cerca de 3 meses, que tinha recebido um convite de uma presidente de câmara para ser coordenador da Proteção Civil, numa área mais próxima da sua residência e com outras condições remuneratórias. Neste sentido, conversou com a sua colega para lhe transmitir que, nesta altura de pandemia e de incêndios, não podia ceder mais uma pessoa dos Bombeiros Municipais, até porque o comandante também tinha saído há pouco tempo para o comando distrital. Ficou combinado voltarem a falar deste assunto depois destas situações acalmarem.

B. Ordem do dia

1. Plano Anual dos Transportes Escolares – Ano Letivo 2020/2021. - Proposta de deliberação n.º 67/PC-PMR/2020

“Considerando que:

A Educação é um direito fundamental, absoluto e essencial ao desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais e dos povos no quadro das sociedades globais. O acesso à Educação em condições de igualdade visa a plena expansão da personalidade humana e o pleno exercício dos outros direitos e liberdades fundamentais.

Os transportes escolares são um instrumento indispensável à prossecução da equidade educativa que viabiliza o acesso à Escola, promove o sucesso educativo e previne o abandono escolar.

Desde o ano 1984 encontra-se regulamentada a competência dos Municípios em matéria de transportes escolares.

Entretanto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Os Municípios dispõem de um feixe alargado de competências para a concretização do direito fundamental à Educação que inclui assegurar o transporte às crianças e jovens entre a sua



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

residência e os respetivos estabelecimentos de ensino para que possam, em condições de efetiva igualdade, frequentar a escolaridade obrigatória nos termos e nas condições que a lei estabelece.

Estatui a alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação, ensino e formação profissional. Nesse sentido, a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, determina que compete à câmara municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a elaboração do plano de transporte escolar baseia-se nos seguintes pressupostos:

- a. Gratuitidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam;*
- b. Gratuitidade para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a sua condição o exija;*
- c. Inelegibilidade para os benefícios previstos nas alíneas anteriores dos alunos que se matriculem contrariando as normas estabelecidas de encaminhamento de matrículas.*

Através do regulamento dos transportes escolares do Município do Cartaxo a autarquia procedeu à regulação da matéria em causa, a qual é determinante para clarificar e definir procedimentos no âmbito dos transportes escolares, nomeadamente ao nível dos apoios contemplados na legislação em vigor e ainda nos apoios concedidos por esta autarquia, ao abrigo do seu poder discricionário, como concretização da sua atuação ao nível da ação social.

O Plano de transportes escolares é elaborado anualmente pelo município e constitui um instrumento de promoção de coesão social e da igualdade de oportunidades no acesso à escola, bem como um instrumento de gestão por excelência desta atividade e deverá complementar com os princípios e políticas inerentes aos planos e redes de transportes públicos locais.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos conjugados da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º, com a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e, ainda, do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro,



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

aprovar o Plano de Transportes Escolares, do Município do Cartaxo, para o ano letivo 2020/2021.

O Presidente da Câmara,

Pedro Magalhães Ribeiro”

Presidente

Disse que a Lei obriga que as autarquias se pronunciem sobre esta matéria, mas provavelmente este assunto será novamente submetido a reunião do executivo numa altura mais próxima do início das aulas. A CIMLT e os municípios juntamente com os diretores dos agrupamentos estão em conversações com empresas de transporte e todos estão na expectativa para perceber quais serão as diretrizes para o início das aulas. A questão dos transportes escolares tem tudo para disparar a nível dos preços, tendo em conta a redução prevista do número de alunos por autocarro.

Referiu que, no Conselho Municipal de Educação este ponto foi deliberado por maioria com uma abstenção.

Vereador Jorge Gaspar

Questionou se já há alguma estimativa sobre o eventual aumento dos preços dos transportes escolares.

Presidente

Disse que, ainda, não se sabe qual vai ser aumento e, tendo em conta que as transportadoras não estão com vontade de fazer este tipo de serviço esta questão poderá ter que passar por outro tipo de medidas. As escolas já estão a fazer um levantamento dos alunos que precisam de transporte.

Vereadora Elvira Tristão

Tanto quanto sabe, até ao momento, ainda não existe um acordo quadro. Portanto, cada município abre concurso individualmente perante uma empresa que tem o monopólio na região. Neste sentido, questionou quando é que a CIMLT abre um procedimento para um acordo quadro na área dos transportes escolares.



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente

Em relação à primeira questão disse que a CIMLT já está a trabalhar neste projeto há algum tempo. Espera novidades a qualquer momento, embora não seja a melhor altura para negociar acordos quadros.

Vereadora Elvira Tristão

Ainda em relação a esta matéria, salientou que se trata de um apoio social às famílias e, só com os dados que constam na presente documentação, ultrapassa os 100 mil euros, se considerarmos a frota e os motoristas que servem os casos isolados que não são servidos pela Rodoviária.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

2. Concurso público n.º 05/2020/CCE - Celebração de acordo quadro para aquisição de máscaras cirúrgicas e luvas - Central de Compras Electrónicas da CIMLT – Abertura de procedimento. – Proposta de deliberação n.º 34/VP-FA/2020

“Tendo em conta o teor da informação n.º 11442 (registo MGD), datada de 23.07.2020, que se anexa, e com a qual se concorda, propõe-se que a Câmara Municipal, com fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP e na alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere proceder à abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para a aquisição de máscaras cirúrgicas e luvas.

Para efeitos do procedimento pré-contratual de formação do acordo quadro a celebrar, propõe-se que sejam estabelecidos como preços unitários máximos os previstos no anexo II do caderno de encargos, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor.

Para tanto, propõe-se que o Município do Cartaxo apresente junto da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo um pedido de contratação, nos termos e para os efeitos previstos na cláusula 3.º do Contrato de Mandato Administrativo celebrado entre o Município e a CIMLT em 27/05/2016, no sentido de que a Central de Compras Electrónicas da CIMLT proceda, em sua representação, à tramitação do concurso público necessário e à celebração do mencionado acordo quadro.

Propõe-se que, nos termos dos n.ºs 1 a 3 do artigo 44.º e dos artigos 46.º e 47.º, todos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), e do artigo 109.º do CCP, o Município:

- a) *Delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT as competências referidas no ponto 6.º*



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

da referida informação, as quais podem ser subdelegadas no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT;

- b) Delege no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT as competências para proceder à outorga do acordo quadro, em nome e em representação do Município; e*
- c) Autorize que o Conselho Intermunicipal da CIMLT subdelegue no júri do procedimento a competência para a prestação, aos concorrentes, dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.*

Propõe-se que sejam aprovadas as peças de procedimento em anexo à referida informação.

Assim, proponho que a Câmara Municipal com fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP e na alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere proceder à abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para aquisição de máscaras cirúrgicas e luvas, nos termos propostos na presente deliberação e na referida informação.

O Vereador com competências delegadas,

(despacho n.º 11/2017/PC-PMR, de 17-10)

Fernando Manuel da Silva Amorim”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

3. Informação n.º 11507/ DAGRH – Área de Gestão de Recursos Humanos – Cessação de funções.

A Câmara tomou conhecimento.

4. Pagamentos efetuados entre 11/07/2020 e 23/07/2020.

A Câmara tomou conhecimento.

5. Tesouraria – Resumo Diário de Tesouraria de 23/07/2020.

A Câmara tomou conhecimento.

6. Posição dos Compromissos entre 11/07/2020 e 23/07/2020.

A Câmara tomou conhecimento.



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

7. Modificação Orçamental da Despesa n.º 13/2020.

A Câmara tomou conhecimento.

8. Modificação às Grandes Opções do Plano n.º 13/2020.

A Câmara tomou conhecimento.

C. Intervenção do Público

1 – [REDACTED]

Cumprimentou os presentes.

Começou por retificar uma informação que deu na última reunião do executivo onde referiu que a Casa das Peles não tinha água canalizada. Por não ser verdade, pediu desculpa pelo lapso.

Mencionou as grandes dificuldades da C.M.C. em relação à recolha do lixo. Questionou quantos carros fazem este serviço. Questionou, ainda, o ponto de situação do concurso para a aquisição de um carro de recolha de lixo.

Em relação às ideias que surgem para amenizar a situação complicada que se vive, no âmbito do covid-19 disse que a negociação com o FAM já deveria ter sido realizada. A C.M.C. não consegue responder às funções essenciais que lhe competem se não houver fundos de maneiio. Os juros já eram elevados e agora são insuportáveis. A moratória vai adiar a resolução do problema, mas não vai resolver. Esta questão deveria passar por um perdão de dívida e por um investimento central do Estado.

Analisou a proposta da Coligação Juntos pela Mudança PPD/PSD-NC e afirmou que não vê nem grande futuro nem grande sustentabilidade, pois vai tirar dinheiro à C.M.C. que já tem grandes dificuldades.

Considera que este ano vai haver uma redução na atividade das empresas e no rendimento das pessoas, por isso, para o ano vai haver uma diminuição no IRS e na derrama. Em relação ao IMI, é preciso analisar quais as pessoas que precisam ser beneficiadas.

Referiu, ainda, que há “*mexidas*” nos impostos que ninguém pode fazer, caso contrário pode ser destituído.

Lembrou que na antepenúltima reunião, o senhor Presidente disse que o PCP era um mau exemplo em termos de boas contas. Referiu que o comentário do senhor Presidente não faz



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

sentido, até porque o PS, para além do Município do Cartaxo, deixou vários municípios em situação muito difícil, nomeadamente Setúbal, Évora e Alpiarça.

Presidente

Quanto à questão da Casa das Peles, agradeceu a humildade do Dr. [REDACTED] por este ter reconhecido o erro.

Em relação à questão da recolha do lixo transmitiu que, em princípio, amanhã o carro que faz os circuitos do Cartaxo já deverá estar a circular. Para o executivo, o concurso para aquisição de um novo carro do lixo e para a varredora mecânica é prioritário, ainda, para este ano. Os serviços estão a ultimar o caderno de encargos

Em relação à questão do perdão do Fundo de Apoio Municipal, transmitiu que a C.M.C. tem trabalhado com o FAM e aquilo que tem conseguido conquistar tem a ver com as negociações entre os municípios FAM e o FAM e, também, com aqueles que na Assembleia da República aprovam propostas a este nível.

Não se recorda de dizer que o PCP não era um partido de boas contas. Pensa que aquilo que disse é que não podemos desvalorizar as boas contas. Com certeza que no país há excelentes e maus exemplos de autarcas de todos os partidos.

De seguida, passou a palavra aos vereadores da Coligação Juntos pela Mudança PPD/PSD-NC, para responderem à questão das medidas que apresentaram para a recuperação da economia local.

Vereador Jorge Gaspar

Respondeu que não era, nem ele nem o Dr. [REDACTED] que diziam a quem faz falta o dinheiro. O dinheiro é gerido pelo público, mas é gerado pelas famílias e pelas empresas.

Quando a Coligação Juntos pela Mudança PPD/PSD-NC, propõe um abaixamento de impostos que cabe justamente no quadro da margem FAM, aquilo que estão a querer dizer é que o dinheiro fica a onde pertence, ou seja, às famílias e às empresas.

Quanto ao comentário do Dr. [REDACTED] *“a Câmara, ainda, fica com menos dinheiro”*, salientou que uma câmara municipal tem que ter recursos para gerir em função do bem público.

Disse, ainda, que as contas do Dr. [REDACTED] foram malfeitas, porque os municípios podem mexer na variável do IMI. O mesmo se aplica nos outros impostos. Contudo, se quisermos criar todo o tipo de obstáculos, mascarados em contabilistas e técnicos para politicamente obstaculizar determinadas soluções, podemos estar a noite inteira a criar problemas.



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

2 – [REDACTED]

Cumprimentou os presentes.

Contou que reside na rua do Pinhal do Bairro, nos Casais de Alcaria, em Pontével e que, após contactar o Presidente da Junta de Freguesia de Pontével, por causa do acesso à sua casa, constatou que existe uma irregularidade, pois foi informado que se trata de um caminho privado. Explicou que o último morador da casa colocou um portão no caminho que dava acesso a vários terrenos para criar um beco sem saída e, deste modo, tirou o acesso aos proprietários dos mesmos. Ainda há pouco tempo bateu-lhe à porta uma senhora que queria ter acesso ao seu terreno.

Disse, ainda, que o caminho do acesso está em más condições e os carros de quem ali reside têm um grande desgaste.

Presidente

Disse que a C.M.C. vai averiguar a situação exposta e pediu que o munícipe disponibilizasse o contato à chefe de gabinete, para, posteriormente, entrarem em contacto.

Presidente da Junta de Freguesia de Pontével

Cumprimentou os presentes.

No seguimento da intervenção do munícipe, disse que a Junta de Freguesia de Pontével já enviou vários e-mails à C.M.C. a solicitar esclarecimentos sobre esta matéria, mas ainda está a aguardar a resposta. Ao que parece, este caminho é privado, mas se todos concordarem pode passar a ser público.

Felicitou o atleta [REDACTED] da Casa do Povo de Pontével, que se consagrou campeão nacional de juniores nos 400 metros de barreiras. Felicitou, ainda, o atleta [REDACTED] que ficou na 7.ª posição no lançamento do dardo e do peso.

De seguida leu a seguinte exposição:

“Na qualidade de presidente do órgão executivo da freguesia de Pontével, após diversos e inúmeros e-mails enviados ao executivo camarário que acresce todo um conjunto de questões insistentemente colocadas, quer em reunião de Câmara quer em Assembleia Municipal, esta última em 6 de julho do corrente, quer em reunião com o Sr. Presidente do executivo camarário a 9 de julho do corrente, sem qualquer resposta efetiva tenha sido obtida, uma vez que, apenas, vou alcançando propostas vagas e imprecisas, volto a suscitar algumas questões para as quais gostaria de obter algumas respostas condigna. Assim, pretendo ser esclarecido



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

quanto ao estado de funcionamento, ou não, das Etar e, não se encontrando alguma delas em funcionamento, saber qual a razão porque não se encontra a funcionar e conseqüentemente para quando se prevê o seu funcionamento.

De igual modo, pretendo que sejam facultados os resultados das análises regularmente efetuados nas Etar de todo o concelho (Cartaxo, Pontével e Valada) para que, além do necessário conhecimento dos mesmos, possa ser efetuado uma análise comparativa desses resultados, sempre no intuito de promover a melhoria das condições dos serviços prestados aos munícipes e fregueses, sendo certo que a fraca e incompleta informação disponibilizada quanto a esta matéria na Assembleia Municipal nada acrescenta ou esclarece e como tal não a posso aceitar como resposta a uma questão de sobeja importância que quero ver esclarecida de forma clara e digna, quando se impõe e pretendemos trabalhar de forma séria e transparente.

Na sequência da solicitação por parte do representante da CDU, Dr. [REDACTED] na passada reunião de Câmara de 20/07/2020, o Sr. Vice-Presidente do executivo camarário respondeu ao seu interlocutor que a resposta que tinha sido dada ao presidente da Junta de Freguesia de Pontével, ou seja, a mim, o que só pode ser resultado de lapso do Sr. Vice-Presidente do executivo camarário, uma vez que a mim não me foi dada qualquer resposta, pelo que volto a insistir na mesma, ou melhor, apenas me foram fornecidos em Assembleia Municipal dados referentes a alegadas análises, mas sem qualquer especificação, onde eu a 26.06.2020 informei por e-mail, novamente a todo o executivo camarário, assim como ao Sr. Presidente e aos membros da Assembleia Municipal, do documento que me tinha sido enviado porque o que me foi enviado foram análises do dia 10.03.2020 a 24.03.2020 e não foi nada disso que eu solicitei.

Pretendo saber, também, para quando estão previstas a possibilidade de acesso à água canalizada nos Casais das Areias, mais propriamente no Beco das Matas.

Há algum tempo a esta parte o caudal do rio da Fonte tem vindo a diminuir. Gostava de saber a razão de tal diminuição e qual a solução possível para que o caudal volte ao normal.

Gostaria de ser esclarecido quanto ao pano de pormenor do Casal Branco.

Tendo sido noticiado a retirada da cobertura de amianto no Mercado de Vila chã de Ourique e sendo certo que a retirada de igual cobertura do mercado municipal de Pontével consta no orçamento camarário desde 2018, pergunto quando é que está previsto a efetivação da mesma. “



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente

Em relação às Etar, transmitiu que no presente dia endereçou uma proposta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de se fazer uma visita a todas as Etar do concelho. Esta visita contará com a participação o executivo camarário, da Assembleia Municipal, do presidente de junta e dos técnicos da Cartágua e do Município para que possam esclarecer todas as questões.

Referiu que a C.M.C. está a preparar um conjunto de cadernos de encargos para a reabilitação de alguns equipamentos e de alguma rede viária que estava inscrita no orçamento. Neste conjunto de trabalhos, pensa que houve uma visita recente ao Mercado de Pontével, não apenas por causa do amianto, mas também por causa de outro tipo de obras de intervenções que estavam inventariadas no mesmo rol de equipamentos a reabilitar, nomeadamente o Mercado de Pontével, a Escola E, B 2 e 3 de Pontével (arranjos interiores, retirada do amianto) e Casais Penedos.

Quanto às restantes questões, tomou nota das mesmas para posteriormente dar resposta.

Presidente da Junta de Freguesia de Pontével

Solicitou as análises, antes da visita às Etar.

Sobre a questão do mercado, lembrou que na última visita disseram que iam pedir orçamentos, mas até à data nada sabe. Todos os mercados passam à frente do mercado de Pontével.

Presidente

Salientou que o maior investimento do atual executivo tem sido na freguesia de Pontével. Neste sentido lembrou:

- As obras do Centro Escolar de Pontével que custaram mais de um milhão de euros;
- O problema do saneamento que se arrastava há décadas, está em resolução;
- O avanço dos dinheiros públicos na Sociedade Filarmónica Incrível Pontevelense;
- O avanço dos dinheiros públicos na Associação Humanitária;
- A luta deste executivo em relação à unidade de saúde D. Sancho I, que é a melhor do nosso concelho;
- Vários equipamentos que estavam devolutos foram cedidos ao centro de dia e ao



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

centro paroquial, para darem utilização.

Explicou que o orçamento é uma estimativa, ou seja, se as receitas diminuïrem não se consegue executar tudo aquilo que estava previsto.

Encerramento

No final da reunião, foi aprovada, por unanimidade, a minuta da ata, a qual foi assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, deu como encerrada a reunião, quando eram 23 horas e 02 minutos.

PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

[Assinatura
Qualificada] Pedro
Miguel Magalhães
Ribeiro

Assinado de forma digital
por [Assinatura
Qualificada] Pedro Miguel
Magalhães Ribeiro
Dados: 2021.01.08
16:10:41 Z

SECRETÁRIA DA REUNIÃO
DE CÂMARA

Ana Catarina de Matos Silvestre

ANA CATARINA DE
MATOS SILVESTRE

Assinado de forma digital por
ANA CATARINA DE MATOS
SILVESTRE
Dados: 2021.01.08 12:53:28 Z

Ata aprovada na Reunião da Câmara Municipal de 09.12.2020